



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na solenidade de assinatura de contratos de concessão com as empresas de serviços telefônicos

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE JUNHO DE 1998

Senhor Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros; Senhores Senadores; Senhores Deputados que aqui se encontram; Senhor Secretário Executivo do Ministério, Doutor Juarez Quadros Nascimento; Doutor Guerreiro, Presidente da Anatel; Doutor Fernando Xavier, da Telebrás; Doutor Dílio Sérgio Penedo, Presidente da Embratel; Senhores Conselheiros da Anatel; Senhores Presidentes e Diretores das empresas concessionárias; Senhoras e Senhores,

Já disse o Ministro Mendonça de Barros a razão pela qual nós formalizamos este ato. Creio que o Ministro foi sucinto e feliz ao expressar, digamos, com toda clareza, que queremos também fazer uma homenagem ao Ministro Sérgio Motta, que, certamente, faria este ato aqui, também, e o faria com aquele entusiasmo com o qual ele arrancou essas modificações. E eu disse a palavra “arrancou” – aqui há deputados e senadores que sabem que ela expressa a verdade – com empenho pessoal, tenaz, junto à sociedade, junto aos funcionários, junto ao Congresso e junto a mim.

A verdade é que nós, hoje, fizemos modificações importantes no sistema de telecomunicações do Brasil. E creio que o Ministro Motta merece as palavras do seu sucessor. Também quero dizer que não have-

ria outro melhor para suceder a Sérgio Motta do que o Mendonça de Barros, tanto pela proximidade que tinha com o Sérgio como porque tem, também, garra e noção da importância das modificações pelas quais o Brasil está passando.

Tanto isso é verdade, que nós estamos conseguindo suprir uma falta que é inegavelmente imensa, a do Sérgio Motta. E estamos conseguindo levar adiante, no rumo que foi traçado pelo Sérgio Motta e por mim – pelo Governo –, para que nós alcancemos aquilo que o Ministro acaba de mencionar, que é não apenas a privatização, mas é a universalização dos serviços de telecomunicações, ou seja, o acesso a eles de uma maneira mais eficaz, mais barata, mais direta, para o conjunto da população brasileira.

A palavra “privatização”, a palavra “concessão”, essas duas palavras não são suficientes para explicar o processo de transformação pelo qual o Brasil tem passado, nessas matérias. Nós estamos modificando muito mais do que privatizar ou, simplesmente, conceder. Nós estamos criando, primeiro, uma nova cultura, uma cultura em que o consumidor, em que o cidadão tem vez. Segundo, uma cultura que implique transparência ao processo decisório. Terceiro, estamos criando instituições, como a Anatel, que permitem que, efetivamente, as metas possam ser alcançadas e que haja uma instância de controle das concessões, de tal maneira que as concessões não possam se reverter – embora não seja a intenção inicial, creio, de ninguém – de novo ao que foi o serviço público quando privatizado, no passado: não só foi monopolizado como deixou de investir e acabou levando o Governo a ter de desapropriar, para poder melhor atender ao público.

É outra etapa. Essa outra etapa passa por essas características que já foram mencionadas e que eu apenas repito, porque são essenciais. Nós estamos fazendo a concessão do serviço público em uma sociedade democrática, em uma sociedade que quer atender ao consumidor, à maioria da sua população, que não quer privilégios fechados e que quer que isso seja feito com eficiência, com transparência.

Acredito, mesmo, que estamos, nesse sentido, dando um exemplo a outras áreas, não só no Brasil, mas mesmo fora do Brasil, porque estamos fazendo processos de concessão e de privatização que envolvem dezenas

de bilhões de reais, dezenas de bilhões de dólares. E os senhores todos são testemunhas de que jamais se cogitou que houvesse qualquer processo que não fosse lícito, claro, transparente, ou qualquer pressão política para entregar a concessão a este ou àquele. Pelo contrário, tudo se fez à luz do dia. E tudo se fez sem que houvesse qualquer suspeita de corrupção.

Como muitas vezes as pessoas esquecem depressa as coisas, convém lembrar que, há muito pouco tempo, no Brasil, não se falava de outra coisa senão de corrupção. E, hoje, nós podemos, com toda tranqüilidade, dizer que esse processo imenso de transferência de propriedade se faz com clareza e sem que haja nenhum indício de manipulação.

Mas há um outro dado que eu quero, também, acrescentar a isso, e creio que também se deve bastante ao Sérgio Motta. Os senhores sabem – não é segredo para ninguém – que o sistema de telecomunicações que foi construído, com muito sacrifício, no Brasil, foi construído no período do regime autoritário. Sofreu uma expansão imensa e positiva, foi fruto da capacitação técnica dos nossos engenheiros, dos nossos trabalhadores, dos nossos operários especializados, dos empregados, dos que lidam com comércio. Mas sofreu, também, uma certa deterioração em virtude da má compreensão do que fosse a relação entre a política que deve, efetivamente, dar a direção e controlar o rumo do setor público e a utilização de cargos que são técnicos pela política.

Eu não conheço a maioria dos senhores. Mas podem ter certeza de que se estão, hoje, dirigindo essas empresas, é porque têm capacidade técnica, não é por outra razão. Nem lhes foi pedida opinião política de nenhuma espécie. Foram-lhes pedidas decência no trabalho, capacidade e dedicação ao público, ao qual têm de servir. E isso não é fácil. Não foi fácil, não foi sempre assim, não foi assim desde o início, mas, pouco a pouco, nós conseguimos. Pouco a pouco, nós conseguimos fazer com que prevalecesse, sobretudo, primeiro, a razão do povo, acesso, capacidade de serviço, etc. etc. Depois, a capacidade técnica, a possibilidade de levar adiante.

É por isso que nós, hoje, podemos tomar os passos que estamos tomando e tomar essas decisões, que são comprometedoras para o futuro dessas empresas, porque aí se definem os objetivos, as metas, aí se dão os

instrumentos à Anatel, para que ela possa controlar o concessionário, para verificar se as coisas estão realmente funcionando harmonicamente.

Isso é um novo Estado. Não é um não-Estado, como os mais ingênuos imaginavam que fosse. É um novo Estado. Um Estado com competência e capacidade para lidar com problemas da magnitude e com os desafios com que nós estamos lidando. E não há que negar também que o vulto dessas operações na área de telecomunicações seja muito importante. Isso facilita este momento de reorganização da economia brasileira, porque nos dá um horizonte de investimento, que é muito importante.

E o Governo teve o cuidado também – e todos sabem disso – de, ao dar esse horizonte de investimento, preocupar-se também para que houvesse um impulso na implantação de indústrias capazes de atender às demandas que virão dessa universalização do sistema.

Não se trata aqui, pura e simplesmente, de dar concessões e importar material. Trata-se, sim, de ter uma política que vai permitir que haja também o aumento da produção aqui e, portanto, o aumento de emprego. Tenho dito e repetido que emprego se cria com investimento. É certo que há um duplo movimento, porque as empresas, à medida que se tornam mais racionais, dispensam a mão-de-obra. E isso só pode ser compensado pelo aumento de investimento nesta e em outras áreas, muitas delas geradas em cadeia pelo próprio setor que está sendo privatizado.

Num primeiro momento, há reações que são negativas, e é natural que sejam. E o Governo não pode ficar de olhos fechados e braços cruzados, vendo, simplesmente, que poderá ocasionar um problema de desemprego, tem que criar condições para haja o reemprego, a capacitação, a abertura de novas frentes de produção, etc.

Mas é preciso analisar sem catastrofismo. Ainda, por sorte, no mês de abril já declinou a taxa de desemprego. Isso não assegura que vá declinar sempre assim, como não assegura, quando ela aumenta, que vá aumentar sempre, mas mostra que há ações e medidas que estão sendo tomadas, e continuarão sendo tomadas, para que nós possamos ter, com esse processo todo de revitalização da nossa economia, maior capacidade de competição, abertura. Hoje, qual é o País fechado? Nem Cuba. Nem Cuba, que implora investimento. Não existe mais. Esta é outra época.

Então, nós estamos preparando o nosso sistema de telecomunicações para o futuro. Não estamos nem renegando o passado, nem simplesmente chorando por ele. Estamos, sim, excitados pela possibilidade de ter um futuro no qual nós tenhamos uma ação ainda mais enérgica, no sentido de potencializar o crescimento da economia brasileira.

Estamos nos aproximando de um período em que será possível divisar, com mais tranqüilidade, os passos a serem dados para que essa economia cresça no nível da sua potencialidade. E, se antes não cresceu e se até agora o crescimento não chegou a esse nível, é porque nós tivemos décadas de desgoverno, graças à inflação e à incompreensão do momento que a economia internacional atravessava. Mas o rumo foi refeito. E os senhores são o exemplo vivo desse novo rumo.

Termino, portanto, ao felicitá-los, ao felicitar o Ministro Mendonça de Barros, ao agradecer a presença de todos, reiterando o que disse há algum tempo sobre o conjunto de pessoas que trabalham no sistema de telecomunicações e, no caso específico, da Embratel, mas no sistema em geral: que, se realmente não fosse a capacidade dos senhores e não fosse a capacidade também de liderança do Ministro Motta e, agora, do Ministro Mendonça, que galvanizou essas potencialidades, nós não teríamos conseguido, em tão curto prazo, realizar as transformações que realizamos. E temos uma imensa responsabilidade, porque não se pode deixar paralisado um processo dessa monta. Temos que avançar, e avançar mais depressa.

Essa é a nossa obrigação. Mas estou tranqüilo que, com a capacidade demonstrada por todos os envolvidos nesse processo, nós teremos condições de seguir sempre em frente e sempre para maior proveito do Brasil e, sobretudo, do povo do País, que vai usar o sistema de telefonia; o povo mais simples, que nunca teve acesso a preços cada vez mais acessíveis, para que nós, realmente, terminemos com uma sociedade de privilégios que, infelizmente, vem sendo, no decorrer dos séculos, a nossa sociedade. Mas, agora, já começamos a divisar uma sociedade que será igualitária, não pela força da palavra, mas pela transformação efetiva das coisas. E os senhores fazem parte desse grande processo transformador.

Muito obrigado.